

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS: ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Cláudia Marques Roma¹
FCT-UNESP – Presidente Prudente/SP – Brasil

Introdução

A segregação socioespacial expressa-se no território e no espaço vivido por cada um, podendo, assim, ser entendida por vários aspectos e segundo critérios diferentes. Esse processo resulta de diferenciações, afastamento e isolamento entre moradores e frequentadores de diferentes áreas da cidade. Essa separação socioespacial da população é fruto da distribuição da função residencial nas cidades que, na maioria das vezes, é determinada fortemente, embora não só, pelas políticas públicas realizadas no âmbito municipal.

No que concerne à urbanização, em que as diferenciações socioespaciais estão cada vez mais acentuadas, o que se observa hoje é a constituição de processos segregativos retalhando as cidades e constituindo enclaves de riqueza e de pobreza, que independem da vontade das pessoas, mas que se fortalecem por meio de decisões, ações e práticas de uma parte da sociedade que luta por manter a separação entre os segmentos sociais. Isso só é possível, porque “*o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções).*” (HARVEY, 2004).

Assim, a segregação é um produto da lógica de produção do espaço urbano sob o capitalismo, segundo a qual o solo urbano é uma mercadoria, o que resulta num acesso diferenciado ao espaço a partir da desigual distribuição de renda.

Podemos afirmar que a segregação socioespacial é produto das desigualdades e dos conflitos sociais que se acirram, cada vez mais, no processo de urbanização sob o modo de produção capitalista. Separa “*numa infinidade de minúsculos territórios à lógica do mercado e à síndrome do medo e da insegurança*” (OLIVEIRA, 2006), transformando a cidade, que deveria ser o espaço dos encontros, em espaços que se tornam apenas lugares de passagem.

O processo de segregação socioespacial está na base da sociedade capitalista marcada, cada vez mais, pelos conflitos sociais e pela estratificação social, dividindo e separando espaços e pessoas. Pode se constituir em todas as cidades, desde as pequenas até as grandes metrópoles, mesmo que em escalas e níveis de apreensão diferentes, pois sua ocorrência está ligada à organização da sociedade que mantém e fortalece as desigualdades sociais. Endlich (2006, p. 391) pondera que:

(...) as diferenças entre as grandes e pequenas cidades não são apenas referentes aos quilômetros quadrados que ocupam suas edificações e nem somente quanto ao seu volume demográfico, mas estão nas relações e interações que existem no âmbito das mesmas.

Dessa forma, devemos refletir acerca da realidade de cada espaço para que possamos compreender as especificidades do processo de segregação socioespacial nas pequenas

¹ ¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. Membro do CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas). E-meio: marquesroma@yahoo.com.br

idades – foco de análise deste artigo – pois, a partir das características demográficas, econômicas, culturais, sociais, geográficas e políticas de cada localidade, ele pode ser apreendido diferenciadamente.

É importante analisar e compreender a estruturação do espaço urbano das cidades pequenas para entender como a segregação socioespacial se constitui nessas cidades e, nesse contexto, perceber as diferenças e semelhanças nos processos segregativos nelas existentes. Quais seriam então essas diferenças e semelhanças?

As semelhanças estão nas configurações do processo de segregação socioespacial que se mantêm, mesmo que a realidade das cidades pequenas seja distinta, como: 1) constituição de condomínios e/ou loteamentos fechados e favelas, ou seja, a separação entre ricos e pobres; 2) ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo; e 3) a subjetividade que envolve o processo.

As diferenças se expressam nas diversas formas como o processo se constitui nas pequenas, médias e grandes cidades, dentre as quais, referentes às cidades pequenas, destacamos: 1) as relações entre os agentes sociais; 2) a visibilidade dos processos sociais; 3) as relações entre o rural/agrícola/urbano; 4) e as relações interurbanas.

Portanto, o recorte empírico desse artigo é analisar, as semelhanças e diferenças existentes no processo de segregação socioespacial, através da análise de duas cidades pequenas Osvaldo Cruz possui uma população de 30.150 habitantes (IBGE, contagem populacional 2007) e Mariápolis com uma população de 3.786 habitantes (IBGE, contagem populacional 2007), ambas localizadas no extremo Oeste do Estado de São Paulo – Brasil.

Algumas indagações iniciais

Antes de iniciarmos as discussões acerca das diferenças e semelhanças do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas, é importante que façamos algumas indagações para, posteriormente, desenvolver os apontamentos anteriores.

- Poderia a configuração de condomínios e/ou loteamentos fechados, que fortalece a segregação socioespacial nas cidades pequenas, também ser explicada pelo processo de metropolização dos espaços?
- Se o processo de metropolização está realmente ocorrendo, estaria ele presente também em cidades pequenas do Oeste Paulista, ou o “fechamento da cidade”, separação entre ricos e pobres nessas localidades, se origina pela vontade de algumas pessoas de se sentir diferentes?
- Estaria o processo de auto-segregação socioespacial de alguma forma relacionado ao medo da violência urbana, como ocorre nas metrópoles?

O processo de metropolização dos espaços vem sendo estudado por alguns autores, como por exemplo, Lencioni (2003), para quem os processos e dinâmicas que ocorrem nas metrópoles são disseminados para as cidades menores, fazendo com que elas configurem seus espaços de acordo com os padrões metropolitanos, conforme afirma a autora (2003, p.35 e 39-40) :

Esse processo de metropolização do espaço imprime ao território *características que até então eram exclusivas da região metropolitana*. Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos. São esses códigos os avatares dos novos valores e signos da sociedade contemporânea.

(...) o espaço vai se apresentando, mais ou menos, metropolizado. Contém, mesmo que de forma ainda incipiente, elementos que até então praticamente só se faziam presentes na metrópole. Nesse espaço, as altas taxas de urbanização, a magnitude expressiva dos investimentos de capital, a concentração das condições gerais de produção, tais como a infra-estrutura de transportes ou a rede de fibra ótica, bem

como as atividades de serviço, notadamente aquela, relativas à prática do trabalho imaterial e às atividades de gestão do capital, denunciam estar ocorrendo o processo de metropolização do espaço.

Não podemos descartar essa hipótese, pois como a própria autora aponta, há no entorno da cidade de São Paulo uma região metropolitana que vem cada vez mais se desenvolvendo e com isso se espalhando. Também devido à crescente circulação de pessoas, mercadorias e informações, os espaços tornam-se mais próximos fazendo com que códigos e signos se misturem.

Entretanto, a ocorrência dos processos de fortalecimento do capital e melhorias na circulação, tanto de informações como de pessoas, podem não significar uma metropolização dos espaços, como se a metrópole transpusesse o processo da urbanização, das segmentações sociais e da divisão social e territorial do trabalho. Novas tecnologias da circulação de mercadorias e informações podem ser intensamente difundidas a partir dos grandes centros, mas não devem ser entendidas como processos metropolitanos em si, porque se assim fosse, concluiríamos que cada espaço que se desenvolve é decorrência de determinações da metrópole.

Assim, algumas ponderações são importantes ao se analisar o contexto das cidades médias e pequenas. Se tudo decorresse de processos de metropolização dos espaços, explicaríamos as mudanças a partir da transferência de características das metrópoles para outras realidades urbanas. Quando enfoca o oeste do Estado de São Paulo, Lencioni (2003) afirma que a região congrega espaços não metropolizados e heterogêneos, mas que apresentam elementos espaciais também existentes nas metrópoles.

No entanto, se não ocorre o processo de metropolização dos espaços no Oeste Paulista, como explicar, então, a constituição de loteamentos fechados e favelas, que seriam características das grandes áreas urbanas metropolitanas marcadas por complexidade funcional e grandes disparidades socioespaciais?

Reafirmamos que processos de separação dos segmentos sociais, divisão social do trabalho e desenvolvimento do mundo das informações são decorrentes do processo de urbanização da sociedade (LEFÈBVRE, 1999) e não necessária ou exclusivamente resultantes da metropolização dos espaços.

Para se avaliar o processo de urbanização capitalista, é preciso observar a intensa atuação dos agentes produtores do espaço (proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, construtores, poder público) que criam e recriam necessidades, como se verifica na cidade de Osvaldo Cruz, onde a constituição de loteamentos fechados define-se basicamente pelas estratégias de mercado dos incorporadores imobiliários, que vendem, ao mesmo tempo, a insegurança e a segurança. Vendem uma insegurança urbana como se fosse fato em todas as cidades, e uma suposta segurança oferecida pelos loteamentos fechados, lógica muito disseminada no oeste do estado, por abrigar grande número de estabelecimentos prisionais.

Nessa perspectiva, ressaltamos que os processos de fechamento de parcelas do espaço urbano e de favelização nas cidades pequenas são inerentes ao modo capitalista de produção do espaço que, cada vez mais, acirra as desigualdades sociais e espaciais, possibilitando que espaços urbanos, como os de Osvaldo Cruz e Mariápolis, estructurem-se a partir de diferenciações socioespaciais, pois: *“a desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social”* (RODRIGUES, 2008).

Concluídas essas ponderações iniciais, passaremos, a seguir, às análises das semelhanças e diferenças presentes nos espaços das pequenas cidades. Para tal, utilizaremos os dados coletados na pesquisa de campo para que possamos compreender os processos de produção, reprodução e consumo, presentes nesses espaços.

As semelhanças

A) Ao tratarmos a constituição de condomínios e/ou loteamentos fechados e favelas: Ou seja, ao enfocarmos, sob o ponto de vista da dimensão objetiva da segregação socioespacial, a separação entre ricos e pobres na estruturação do espaço urbano da cidade de Osvaldo Cruz, apontamos a existência de dois loteamentos fechados, o primeiro, denominado Residencial Santa Mônica, que surgiu em 1990, e o outro, o Residencial Park Amarilis, que teve sua implantação iniciada em 2005, ambos localizados justapostos ao tecido urbano do município, até então constituído. De outro lado, há um loteamento classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um aglomerado subnormal (“favela”), denominado Vila Esperança, e um outro, também com indicadores de piores condições de vida, a Vila Cavarú.

Se fizermos uma comparação entre as diferentes realidades urbanas, encontraremos loteamentos fechados e favelas em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Presidente Prudente, Marília, mas também em Osvaldo Cruz, Rancharia e Adamantina entre outras. Assim, no que diz respeito à constituição de loteamentos ou condomínios fechados, favelas e bairros com indicadores de piores condições de vida, podemos dizer que, mesmo reservando peculiaridades, o processo de segregação socioespacial se configura nas distintas realidades urbanas.

Assim, através da análise dos diferentes usos do solo urbano podemos perceber, nas cidades de Osvaldo Cruz e de Mariápolis, ainda que nesta com menor intensidade por não apresentar loteamentos e/ou condomínios fechados e favelas, uma nítida separação entre os diferentes segmentos sociais.

B) Ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo:

A cidade de Osvaldo Cruz, mesmo com problemas e ineficiência no atendimento, há o acesso do segmento social de menor poder aquisitivo aos equipamentos e serviços urbanos, pois tanto a Vila Esperança como a Vila Cavarú estão localizadas próximo à área central da cidade, facilitando o deslocamento até o centro e também o acesso aos meios de consumo coletivo e privado, localizados principalmente nessa área. Essa afirmação é possível, pois no que se refere ao deslocamento intraurbano, as mesmas pessoas que têm facilidade de acesso aos serviços e equipamentos urbanos localizados na área central da cidade, dizem ter dificuldade para se deslocarem, na cidade, quando necessitam percorrer distâncias maiores.

A maioria dos moradores das Vilas Esperança e Cavarú (61,5%) não conta com meios de transporte e se locomove caminhando; outros (9,6%), se não vão a pé usam a bicicleta; em terceiro lugar estão os que utilizam só a bicicleta (8,5%); e 3,2% se locomovem, exclusivamente, com condução própria.

O transporte coletivo é utilizado apenas por 2,7% dos entrevistados, e as justificativas apresentadas pela não utilização foram: “*falta de dinheiro*”; “*não passa no bairro*”; “*poucos horários*”; “*ruim*”; “*preço elevado das tarifas*” e “*não é necessário devido às curtas distâncias percorridas*”.

Diferentemente, o principal meio de locomoção de 100% dos entrevistados residentes nos loteamentos fechados é a condução própria.

Referente aos serviços da área de saúde (hospital² e posto de saúde), praticamente todos os entrevistados utilizam os serviços na cidade de Osvaldo Cruz. Embora não haja posto de saúde nas Vilas Esperança e Cavarú, o posto de saúde da *Caixa d’água* localiza-se ao lado da Vila Cavarú. Observamos que uma das principais reclamações dos moradores está relacionada à má qualidade do atendimento na área de saúde, mas, contraditoriamente, a

² Exceto as especialidades médicas mais diversificadas e especializadas, que são oferecidas nas cidades de Marília e Presidente Prudente.

avaliação da população em relação ao serviço de saúde demonstra que mais da metade dos entrevistados considera bom o atendimento do hospital e dos postos de saúde (52,4% e 53,5%, respectivamente). Os serviços de médico particular e dentista público/particular são pouco utilizados por essa parcela da população, reflexo de suas condições financeiras.

O serviço de creche é oferecido na Vila Cavarú e na Vila Esperança, mas segundo alguns entrevistados, o número de vagas não é suficiente para suprir a demanda da Vila Esperança e é, por esse motivo, que pagam para uma pessoa cuidar das crianças. Dos que utilizam o serviço, 74,1% consideram-no bom.

Alusivo a frequência em igrejas, 63,6% dos entrevistados frequentam igreja e 36,4%, não. No entanto, não há igrejas em nenhuma das vilas. Dos entrevistados que participam de cultos religiosos, 45,4% frequentam igrejas na área central, e os moradores da Vila Cavarú vão a um templo localizado próximo à Vila (15,5%)³.

No que diz respeito ao lazer, um elevado percentual dos entrevistados não utiliza áreas destinadas a esse fim (78,1%), mesmo porque não há espaços de lazer para a população em geral. Na Vila Esperança há um parque infantil (construído por uma ONG), mas é pouco utilizado, pois os entrevistados afirmaram ser um lugar perigoso para as crianças. Entre os que declararam frequentar área de lazer, destaca-se a citação à utilização da Avenida central, com 8,0% das respostas.

No quesito educação, constatamos que não existem escolas nas áreas analisadas, porém com algumas exceções, as utilizadas encontram-se nas proximidades das Vilas.

Quanto ao comércio de alimentos e de confecções, calçados e armarinhos, 58,8% e 95,7% dos entrevistados, respectivamente, fazem suas compras nos estabelecimentos existentes na área central da cidade, porque consideram os preços mais baixos. Os moradores da Vila Esperança utilizam um supermercado próximo à vila, pela possibilidade de comprarem a prazo, no sistema de caderneta, mesmo com preços mais elevados.

Os moradores das Vilas Esperança e Cavarú têm acesso aos meios de consumo coletivo e privado, porém, é preciso ressaltar que essa utilização, sem maiores dificuldades de deslocamento, torna-se possível devido à localização geográfica das áreas.

O serviço de saúde como hospital⁴ é utilizado pelos moradores dos loteamentos fechados na própria cidade de Osvaldo Cruz (80,8%), e a maioria dos entrevistados faz uma boa avaliação da qualidade do serviço (34,6%); o atendimento de saúde oferecido em postos de saúde não é utilizado por 50,0% dos entrevistados e, dos 38,5% que o utilizam, 30,8% consideram o serviço regular.

No que tange a médico e dentista particulares, verifica-se que a maioria dos entrevistados (84,6%) tem acesso a esse serviço, demonstrando melhores condições financeiras, ao contrário dos moradores das Vilas Esperança e Cavarú que, predominantemente, utilizam os serviços médico-hospitalares públicos.

Não há creches e igrejas nos loteamentos, mas verifica-se que uma pequena parcela dos entrevistados (3,8% e 26,9%, respectivamente) utilizam os serviços de creches ou frequentam igrejas em outras áreas da cidade.

Nos loteamentos fechados, verifica-se a existência de áreas de lazer, frequentadas pela maioria dos entrevistados (69,2%), e avaliadas por 46,1% deles como boas⁵. Em contraponto, os entrevistados das Vilas Esperança e Cavarú (78,1%) não utilizam áreas de lazer.

³ Na Vila Esperança está sendo construída uma igreja católica.

⁴ Exceto as especialidades médicas mais diversificadas e especializadas que, são realizadas nas cidades de Marília e Presidente Prudente.

⁵ Verificamos, em trabalho de campo no Residencial Santa Mônica, que a área de lazer do loteamento é grande e arborizada.

No que concerne ao consumo individual, constata-se que, não existe comércio alimentar ou de confecções, calçados e armarinhos dentro, próximo ou ao redor dos loteamentos fechados.

Apontamos que, mesmo com problemas e ineficiências, os segmentos sociais de menor poder aquisitivo têm acesso aos equipamentos e serviços urbanos, no entanto, esses problemas não deveriam existir já que esse acesso aos meios de consumo coletivo, principalmente para essa parcela da população, é fundamental para uma qualidade de vida melhor.

Mas é justamente esse segmento social que sofre com a ação do poder público em decorrência das decisões referentes à implementação e à qualidade e/ou quantidade dos serviços públicos oferecidos. Sob uma perspectiva de racionalidade, atrelada ao compromisso social, o oposto deveria ser a regra: os serviços públicos serem destinados a facilitar e melhorar a vida daqueles cujo poder aquisitivo não é suficiente para prover-lhes condições de vida urbana razoáveis. Entretanto, como afirma Castells (2000), o poder público municipal interfere, contribuindo para o estabelecimento de novas divisões no espaço e, com as políticas de implantação dos meios de consumo coletivo, cria novas disparidades no território.

Devemos frisar que o acesso aos meios de consumo coletivo e privado realiza-se de forma diferenciada dependendo do segmento social, como afirma Santos, (1978, p. 37):

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo.

O autor indaga se não estaríamos começando a defender o “consumismo”, que é ditado pelo sistema de produção, pois definir nessa sociedade da mercadoria o que seria básico para melhorar as condições de vida das pessoas torna-se contraditório já que os meios de comunicação podem criar um perfil de demanda.

Concordamos com ele quando afirma que os meios de comunicação estão atrelados ao sistema de produção e que mais da metade das necessidades das pessoas são realmente dispensáveis. Mas deve-se fazer aqui uma ponderação porque é importante definir o que é básico, para que, em algum momento, as necessidades de alimentação, vestuário, etc não sejam vistas como mero consumismo.

Na cidade de Mariápolis, observamos que a população tem acesso aos equipamentos e serviços urbanos existentes na cidade, ainda que com um atendimento deficiente, pois se restringem apenas às necessidades básicas dos moradores, que têm, ainda uma dificuldade de acesso ao consumo de serviços e mercadorias.

Sendo assim, essa população tem que se deslocar para outras cidades da região, principalmente a Adamantina, distante 17 km, para obter quase todos os serviços, tanto de saúde, como de educação, comércio e financeiro, pois, os serviços oferecidos na cidade não suprem as necessidades da população, que ainda se desloca para trabalhar em municípios vizinhos, devido à pequena oferta de trabalho no município. O acesso da população de Mariápolis aos meios de consumo coletivo e individual, portanto, seja do segmento social de maior ou menor poder aquisitivo, realiza-se em grande parte na escala interurbana.

Também na infra-estrutura da cidade de Mariápolis destacam-se áreas mais bem servidas e outras com deficiência de rede de esgoto, asfalto e iluminação pública, criando e reforçando diferenciações entre os espaços.

Apresentamos os dados e discutimos indicadores que demonstram que o acesso aos meios de consumo coletivo e individual se dá de forma desigual entre os diferentes segmentos sociais, reforçando as desigualdades sociais presentes na cidade de Osvaldo Cruz e Mariápolis

que podem revelar, a partir da dimensão objetiva, a existência do processo de segregação socioespacial. Porém, este deve ser apreendido também sob a dimensão subjetiva.

C) A subjetividade que envolve o processo:

No que se refere à dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial, encontramos na cidade de Osvaldo Cruz elementos destacados pela população que demonstram o modo como vêem o espaço em que vivem. Apreendemos essa questão quando, na aplicação dos questionários na Vila Esperança, seus moradores afirmavam que: “*residem em um lugar impróprio para se morar*”, “*em um lugar de fama ruim*”, ou “*lugar de gente ruim*”. Esses elementos possibilitam-nos verificar que as pessoas percebem uma diferenciação entre os espaços, a qual reafirma o processo de segregação socioespacial existente na cidade.

Contudo, a subjetividade não é somente apreendida através dos elementos destacados pelos próprios moradores dos locais, mas como as pessoas residentes em outros espaços da cidade os vêem os espaços das Vilas Esperança e Cavarú como também dos loteamentos fechados. Em entrevistas com moradores de diversas áreas da cidade de Osvaldo Cruz, constatamos um preconceito em relação à Vila Esperança (favela), fator não observado no que se refere à Vila Cavarú.

A maioria dos entrevistados declarou que “*de forma alguma moraria na Vila Esperança*”, afirmando outros que residiriam nesse espaço “*somente por extrema necessidade*”, com a justificativa que a “*favela é um local com muita violência*”, “*tráfico de drogas*”, “*prostituição*” e “*homicídios*”. Relataram a ocorrência “*constante de tiroteios*”, comparando “*o cotidiano da favela de Osvaldo Cruz com os morros cariocas*”. Os próprios moradores das bordas da favela tentam mostrar com clareza a diferença entre eles e os que moram no interior do bairro.

No que diz respeito aos loteamentos fechados, as pessoas declararam que “*gostariam de morar nesses espaços*”, pois são “*locais bonitos*” e “*seguros*”. Mas algumas têm consciência que a constituição de loteamentos fechados é uma forma de diferenciação da sociedade, e outras não morariam neles pela “*falta de privacidade*” nesses espaços, ou devido a “*o controle da guarita e a presença de muros*”.

Os loteamentos fechados evidenciam a desigualdade social, constituindo o processo de auto-segregação. Para a Vila Cavarú, temos a estruturação do processo de diferenciação socioespacial, pois mesmo apresentando indicadores que demonstram deficiência nas condições de vida da população, devemos destacar que, devido à proximidade da vila com a área central da cidade, onde se localizam os principais serviços e equipamentos urbanos, o acesso pelos moradores aos meios de consumo coletivo e privado é realizado com facilidade.

No tocante à Vila Esperança (favela) poderíamos concluir que ali se verifica o mesmo processo observado na Vila Cavarú, ou seja, uma diferenciação socioespacial. No entanto, a dimensão subjetiva que envolve a segregação é muito presente nesse espaço, permitindo-nos inferir a estruturação do processo de segregação socioespacial.

Percebemos que, entre os entrevistados dos dois espaços diferentes, poucos conheciam a realidade uns dos outros, devendo-se a estigmatização da favela e a exaltação dos loteamentos fechados, em grande parte, ao que ouvem falar ou pensam lá existir.

Para Sabatine, Cáceres e Cerda (2004, p. 64) a estigmatização é uma das dimensões centrais da segregação:

A estigmatização dos bairros e áreas onde se concentram os grupos pobres ou discriminados é, sem dúvida, uma dimensão central da “nova pobreza” que está crescendo em praticamente todas as cidades na era da globalização das economias.

Para Whitacker (2006, p. 136), o desconhecimento do coletivo, ou seja, da cidade como um todo naturaliza processos segregativos, pois:

O desconhecimento do coletivo para grandes parcelas da população torna “naturais” as diferenças sociais e com isso, a segregação também é assim vista. A ótica para o diferente é a do estranhamento, pois a consciência de que a diferença existe só se dá se for possível a comparação e o contato.

O desconhecimento da realidade impede a comparação entre a favela e os loteamentos fechados e, dessa forma, os processos de segregação socioespaciais são escamoteados na cidade de Osvaldo Cruz.

Na cidade de Mariápolis, a dimensão subjetiva é apreendida, quando relacionamos a área central da cidade com a *Baixa Fogosa* e a *Vila da Miséria*. Percebemos o preconceito, em relação a esses espaços, que carregam a fama de “*lugar de mulher de vida fácil*”, local “*de moradia de pobres e de baianos*”, conforme a própria denominação dos bairros nos indica.

Analisando a separação entre os ricos e os pobres, que se materializa nas cidades através da constituição de loteamentos e condomínios fechados e de favelas, revelando a segmentação social; observando a presença e/ou ausência, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo, que são implantados ou não, beneficiando ou prejudicando as condições de vida das pessoas; e, ainda, apreendendo a dimensão subjetiva que se revela como as pessoas vêm seus espaços de vida, podemos dizer que o processo de segregação socioespacial se materializa nas pequenas cidades, como observamos na cidade de Osvaldo Cruz.

Mas esses elementos também nos fazem perceber ou concluir que não podemos nos referir somente à segregação socioespacial, pois, em alguns espaços, o que se observa é uma diferenciação socioespacial, conforme detectado em Osvaldo Cruz e Mariápolis.

E é nesse sentido que se constatam, no processo, elementos semelhantes tanto nas pequenas cidades, como nas médias ou grandes metrópoles.

As diferenças

Da mesma forma que o processo de segregação socioespacial apresenta semelhanças entre as diferentes realidades, observam-se nele também diferenças, no que se refere às pequenas cidades, quando comparadas com as médias e grandes.

A) As relações entre os agentes sociais:

Essa é uma das principais diferenças que devem ser discutidas. As ações dos agentes sociais nas cidades pequenas são marcadas por características reconhecidas como interioranas, típicas de um modo de vida de uma cidade pequena entre as quais podemos citar, por exemplo, as relações por proximidade, como as de compadrio, favorecimento e vizinhança.

Sabemos, também, que nas grandes e médias cidades, esses fatores estão presentes, mas, nas pequenas, isso pode ser vivido e percebido com mais força e visibilidade. Segundo MARICATO (1996, p. 14).

A formação calcada no favor constitui a negação da universalidade dos direitos (embora previsto na ordem legal) ou a negação da cidadania e da dignidade. Ela está na essência da confusão entre a coisa pública e os negócios privados, na confusão entre governo e Estado (pelas camadas pobres) submetido a relações pessoais.

No momento em que as pessoas passam a viver de favor, perdem seu direito à cidadania que seria condição, como diz Maricato, para reforçar a dignidade. Esse direito garante-lhes, segundo COSTA (2001), o conjunto de sistemas sociais básicos – o social, o econômico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Esses “favores” fortalecem cada vez mais a figura do “padrinho” que protege e ajuda seus protegidos.

Davids (1968) ressalta que ao procurar o coronel do café, encontrou o coronel urbano. O coronel da cidade identificava-se com o coronel do café, pois ambos utilizavam as mesmas formas de controle para manter a dominação e o *status quo*, ou seja, mantendo uma relação de compadrio e amizade, o coronel da cidade é aquele que dá o emprego, entre outras coisas.

Davids realizou suas análises em 1968, mas ainda é possível encontrar os coronéis da cidade nos dias de hoje, transformados, por exemplo, em prefeitos que utilizam as benfeitorias públicas e as relações de amizade e de compadrio para manter cativo seu eleitorado.

Esse tipo de atuação política, como já apontamos, não é uma exclusividade do poder público de cidades pequenas, podendo ser observada em quase todas as cidades, mas é nelas que se nota a intensidade desses fatos, devido a serem as relações pessoais mais próximas.

Essas relações entre os diferentes agentes sociais podem ser observadas quando os entrevistados apontam que alguns dos problemas encontrados na cidade de Mariápolis são: a *“parcialidade em concursos públicos”*; *“a política do favorecimento para os que apóiam o prefeito”*; *“uma das vantagens de se morar na cidade é a presença de ambulância”*; *“ser sobrinho do prefeito”*, falas que demonstram como a política do favorecimento faz parte do espaço vivido dessas pessoas.

Em Mariápolis, definida, por nós, como cidade local, a partir da conceituação de Santos (1978, 1982 e 2004), os entrevistados, em todos os assuntos, referem-se às práticas políticas, não sob um ponto de vista politizado, mas no sentido de dependência delas para sobreviver. Essa característica também foi percebida em Osvaldo Cruz, mas de forma mais indireta que na cidade de Mariápolis, o que demonstra como as relações entre os agentes sociais modificam-se dependendo do contexto e da escala a que estamos nos referindo. Assim, quanto menor o contingente populacional de uma cidade, maior a visibilidade e a ocorrência dos processos de apadrinhamento e favorecimento por parte dos agentes sociais.

Essa diferença entre os agentes sociais, cujas práticas são fortemente calcadas no favorecimento e no compadrio, fazendo com que as políticas públicas se voltem para favorecer os parceiros dos detentores de cargos públicos, acaba gerando disparidades nos espaços das cidades, seja através da implantação de loteamentos, seja pela ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo. São essas práticas que estruturam o espaço urbano, através da separação e diferenciação entre os segmentos sociais reforçando o processo de segregação socioespacial.

Na realidade das cidades pequenas, além da forte relação entre os agentes sociais, há um fator crucial para pensarmos o processo de segregação socioespacial, do qual trataremos a seguir.

B) Visibilidade dos processos sociais:

Essa visibilidade tem sua base na proximidade espacial e faz com que as desigualdades socioespaciais se intensifiquem. Nesse sentido, as ações dos agentes produtores do espaço, nessas cidades, além de venderem a mercadoria segurança, também vendem a diferenciação social em um nível de apreensão que não subentende somente as partes e sim o todo.

Este ponto se reveste de extrema relevância, devido ao grau de proximidade, de visibilidade e de conhecimento mútuo que há em cidades do porte de Osvaldo Cruz e Mariápolis. Por exemplo, morar em um condomínio ou loteamento fechado, em cidades como São Paulo ou Presidente Prudente, permite que as pessoas tenham um sentimento de superioridade ou de distinção social, mas apenas uma parcela da sociedade irá visualizar essa distinção, em função do contingente populacional que essas cidades possuem.

No entanto, em cidades como Osvaldo Cruz e Mariápolis, esse sentimento de superioridade ou distinção social estende-se praticamente por toda a cidade, pois o grau de proximidade e conhecimento entre as pessoas é maior que em outras realidades urbanas. Esse

fator fortalece cada vez mais as contradições entre os pares dialéticos: a cidade (o todo) e os bairros estudados (a parte), bem como entre o centro e periferia, intensificando o processo de segregação socioespacial.

Portanto, essa diferença está no fato de que, nas cidades pequenas, há maior visibilidade dos processos, devido à proximidade entre os que ocupam diferentes parcelas do espaço. Assim, na vida cotidiana das pessoas, as desigualdades sociais são mais expressas na paisagem, diferenciando socioespacialmente grupos sociais. A proximidade entre os espaços e entre as pessoas possibilita que a dimensão subjetiva da segregação socioespacial seja apreendida facilmente, porque praticamente todos se conhecem e todos conhecem os diferentes espaços da cidade.

C) As relações entre o rural/agrícola/urbano:

Trata-se de outra diferença a ser destacada, porque essas relações são vividas de forma intensa, principalmente nas cidades locais. Nelas, só é possível compreender as dinâmicas socioespaciais intra-urbanas analisando as suas inter-relações com o modo de vida e os valores rurais e/ou com as formas de produção agrícola, com as quais se articulam ou às quais se vinculam, por delas dependerem. Para Endlich (2006, p.13), esse debate é extremamente importante para a análise das pequenas cidades:

O debate sobre rural e urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades.

Na dialética existente entre o rural e urbano, não podemos falar das cidades, mesmo aquelas que apresentam índice populacional elevado, considerando essas duas dimensões separadamente, pois, nas pequenas cidades, essa inter-relação é visível e intensa. Quando analisamos as ocupações exercidas pelos entrevistados e pelos chefes de família, temos um indicador dessa inter-relação. Tanto em Mariápolis como em Osvaldo Cruz, percebemos o elevado percentual de atividades rurais e/ou agrícolas, ainda que com diferenças entre as duas cidades estudadas. Enquanto em Mariápolis, 32,9% dos trabalhadores desempenham atividades rurais e/ou agrícolas, Osvaldo Cruz apresenta um percentual de 17,1%, demonstrando, portanto, que a vida econômica da primeira está muito mais ligada ao campo, do que a da segunda. Retomando a citação de Santos (1993, p. 33), *“A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os bóias-frias) (J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo.”*

Na cidade de Osvaldo Cruz, as relações estão mais voltadas para o mundo do agrícola e não da vida típica do rural. Já em Mariápolis, há uma intensa relação com o agrícola, mas ainda encontramos uma grande aproximação com o modo de vida rural.

Notamos, no entanto, que essa relação cada vez mais crescente com o agrícola se explica pela presença maciça de usinas de álcool e açúcar na região, que absorvem grande parte da mão de obra das periferias urbanas. Segundo Corrêa (1999), as pequenas cidades estão cada vez mais destinadas a serem reservatórios de mão-de-obra do agronegócio da cana-de-açúcar e, por esse motivo, percebe-se a intensa presença das profissões voltadas para o agrícola em nossa área de estudo.

Na observação da paisagem urbana da cidade de Mariápolis, o dia-a-dia das pessoas revela uma vida cotidiana voltada mais para o campo, para o agrícola, do que outras realidades urbanas como a de Osvaldo Cruz.

Segundo Queiroz (1975), o urbano e o rural se entrelaçam e a relação entre eles se modifica, no decorrer dos tempos, dependendo dos contextos históricos em que estão

inseridos. A autora analisa a relação rural/urbano a partir de diferentes processos dialéticos⁶. Em nossa pesquisa, os processos dialéticos que mais se evidenciaram foram os da dialética da “*imanência recíproca*”, bem como a dialética das “*complementaridades*”.

Queiroz (1975, p. 280 – 281) define assim a dialética da imanência recíproca:

Nota-se que imanência recíproca ou implicação mútua. Significa que os termos, heterogêneos à primeira vista, se contêm reciprocamente, se recobrem parcialmente um ou outro: quando se aprofunda ainda mais a análise, verifica-se porém que não perdem sua identidade específica. A cidade não se confunde com o campo (...) O comportamento do indivíduo varia conforme esteja no campo ou na cidade, mas sempre ele pertence a duas realidades.

Para a autora, a dialética da complementaridade aplica-se quando os elementos analisados, no caso rural/urbano, afirmam-se “*em função um do outro, não podendo ser compreendido isoladamente, nem ser também reduzido ao outro, e um concorrendo ativamente para a vigência do outro*” (QUEIROZ, 1975, p. 281).

Na realidade que estamos estudando, nossa hipótese é que para Osvaldo Cruz temos uma dialética das complementaridades, pois as relações entre rural/agrícola/urbano se complementam de forma que o urbano supre as necessidades do rural/agrícola e o rural/agrícola também tem sua contrapartida no urbano.

Para a cidade de Mariápolis, temos a dialética da complementaridade e da imanência recíproca.

Em ambas as realidades há uma dialética da complementaridade, pois nas relações entre rural/agrícola/urbano observa-se a presença da divisão social e territorial do trabalho. “*Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade.*” (SPOSITO, 2006)

No que concerne à dialética da complementaridade, observa-se que o rural/agrícola complementa o urbano, pela incipiência das funções econômicas urbanas. Assim, as funções econômicas rurais/agrícolas do município de Mariápolis são mais relevantes na geração de renda da população e para o desenvolvimento da própria cidade do que as poucas ou efêmeras funções urbanas que esta desempenha. A complementaridade, também se desenvolve por meio da existência de trabalhadores temporários ou bóias-frias que vivem na cidade e desempenham papéis no espaço rural, sendo, portanto parte do agrícola, ou seja, desenvolvem hábitos e signos do urbano, mas adquirem seu sustento e experiência profissional no mundo rural e nas atividades agrícolas. Quanto à imanência recíproca, a relação entre campo e cidade

⁶ Gurvitch definiu para a área das Ciências Sociais cinco tipos de dialéticas: “1) Complementaridade dialética: sob a primeira aparência de uma exclusão recíproca de termos ou de elementos contrários, quando abordados em profundidade afirmam-se uns em função dos outros; não podendo na verdade nem ser isolados uns dos outros, mas compõem, em conjunto, uma totalidade real; 2) Implicação ou imanência dialética mútua: elementos ou termos à primeira vista heterogêneos seguem, no entanto, a mesma direção, se contêm reciprocamente, se interpenetram, são parcialmente imanentes uns aos outros, sem perder sua identidade específica; 3) Ambigüidade dialética: cada elemento ou termo não tem apenas um sentido, mas vários sentidos diversos que ou vão em direção diferente, ou podem convergir, conforme os momentos; 4) Polarização dialética ou dialética dos contrários: os termos e elementos se apresentam contrários ou antinômicos, pressupondo aspectos irreduzíveis uns aos outros, que num momento dado são dominantes sobre outros aspectos; 5) Reciprocidade de perspectivas: os elementos ou termos têm uma imanência recíproca tão intensa, que os conduz a um paralelismo ou a uma simetria mais ou menos rigorosa em suas manifestações; é esta, segundo Gurvitch, a forma mais “*traíçoeira*” da dialética, pois muitas vezes, sob a aparência de uma reciprocidade de perspectivas (simetria), o que existe num “*patamar*” mais profundo é, ao contrário, a ruptura de todo paralelismo e a afirmação de uma polarização fundamental.” (QUEIROZ, 1975)

liga-se à vida dos habitantes e seus ritmos, “*pois produtores e mão-de-obra agrária tendem aqui a viver nas cidades*” (QUEIROZ 1975). Ou seja, a percepção do espaço urbano por uma parcela da população da cidade de Mariápolis se confunde com o espaço da produção do campo, materializada pelos habitantes da cidade através dos quintais⁷.

Nesse sentido, frisamos que:

quando aparece uma sociedade global a distribuição campo-cidade, dá-se entre esses dois termos uma relação de dominação-subordinação que os coloca em posições recíprocas diferentes, conforme a produção de riquezas esteja centrada pelo campo ou pela cidade. E esta relação não pode ser esquecida, qualquer que seja a pesquisa efetuada, parta ela da perspectiva do meio rural, ou adote ela o ponto de vista do meio urbano. (QUEIROZ, 1975 p. 268)

No município de Mariápolis, a função econômica do rural/agrícola sobrepõe-se às funções econômicas urbanas, porque o município está voltado para a produção do campo, tanto pela agricultura familiar, quanto pelo agronegócio, principalmente da cana-de-açúcar e o papel da cidade é controlar e distribuir serviços e equipamentos, ainda que de forma incipiente⁸. Em Osvaldo Cruz, verifica-se um destaque do urbano sobre o rural, devido à maior parte da produção estar voltada para o terciário⁹, ainda que se observe mais complementaridade entre ambos do que a subordinação /dominação de um sobre o outro.

É nesse contexto que das relações entre o rural/agrícola e urbano em pequenos municípios decorrem diferenças no processo de diferenciação socioespacial na estruturação do espaço urbano, gerando, em alguns casos, o processo de segregação socioespacial.

A diferença nas relações entre o rural/agrícola e o urbano constitui a base dos assentamentos urbanos, uma vez que considerável parcela dos trabalhadores ligados ao agrícola residem nas áreas da cidade dotadas da pior infra-estrutura urbana e apresentam os menores níveis de escolaridade, consolidando áreas de “*pobreza urbana*”. É nesse sentido que diferenciamos a realidade das pequenas cidades, pois é nelas que a relação entre os elementos constitutivos da tríade rural/agrícola/urbano apresenta-se de forma intensa.

D) Analisar as relações interurbanas: que são realizadas entre cidades pequenas e outras cidades de portes diferenciados

Este é outro ponto a ser tratado em relação às peculiaridades do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas.

Nos dados coletados na cidade de Osvaldo Cruz verificamos que há intensos deslocamentos interurbanos realizados pela população, principalmente, no que se refere ao acesso aos equipamentos e serviços mais especializados e sofisticados.

No entanto, na análise desse item nos debruçaremos sobre a realidade da cidade de Mariápolis que apresenta uma dependência na relação interurbana muito mais intensa que a observada em Osvaldo Cruz.

Referentes aos meios de consumo coletivo e bens de consumo privado da cidade de Mariápolis, verifica-se a incipiência dos equipamentos e serviços urbanos nela disponíveis, além da pequena expressão do comércio e da rede bancária, dados esses confirmados pelos

⁷ A idéia dos quintais justifica-se pela utilização desses espaços como locais de criação de animais e de plantações, reproduzindo os hábitos rurais.

⁸ Perfil municipal de Mariápolis (SEADE, 2004) – Percentual da agropecuária (44,80%); percentual da indústria (5,64%); percentual dos serviços (49,57%). Apesar do percentual de serviços ser mais elevado do que o percentual agropecuário, a função econômica do rural/agrícola se sobressai devido à geração de emprego e renda ser oriunda dessa atividade, sendo porém realizada em municípios do entorno, sedes de destilarias de álcool e açúcar.

⁹ Perfil municipal de Osvaldo Cruz (SEADE, 2004) – Percentual da agropecuária (14,91%); Percentual da indústria (38,28%); Percentual dos serviços (46,81%).

índices de deslocamentos interurbanos realizados pela população para ter acesso aos meios de consumo coletivo e privado.

Quando uma localidade não oferece o pleno acesso aos bens e serviços urbanos, os deslocamentos interurbanos tornam-se essenciais para qualquer indivíduo, como observa Santos (2004, p. 336):

Para certos tipos de consumo, todo indivíduo, qualquer que seja sua condição ou seu nível de renda, é prisioneiro da cidade. É o caso dos bens e serviços que, por sua natureza ou devido à frequência da demanda, exigem uma proximidade no espaço e no tempo. Para outros consumos, a capacidade de escapar da sujeição ao mercado local depende da mobilidade do indivíduo, que está em estreita ligação com sua posição na escala das rendas.

Para o autor, os consumidores com melhores condições financeiras e de mobilidade podem adquirir e/ou consumir bens e serviços em cidades de nível superior, mas aqueles, para quem os deslocamentos são mais difíceis, restam prisioneiros das cidades menos evoluídas, mesmo tendo que consumir produtos com preços mais elevados (SANTOS, 2004). Assim, “*a rede urbana não tem, portanto, o mesmo significado para as diferentes camadas socioeconômicas*”. (SANTOS, 2004, p. 338).

Os deslocamentos interurbanos realizados pela população de Mariápolis, para suprir as necessidades mais básicas, atingem todos os segmentos sociais. Necessitam deslocar-se tanto os mais ricos como os mais pobres, uns com mais e outros com menos condições e facilidades. No entanto, só tem acesso ao consumo de bens e serviços sofisticados, as pessoas com maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, para Corrêa (2001, p. 80), a hierarquia urbana é apreendida diferentemente pelos diversos estratos da sociedade, pois:

Para a população de médio e alto *status* sócio-econômico há uma hierarquia urbana realmente, pois consome em diferentes localidades (...) os assalariados irregulares e regulares mal remunerados, camponeses (...) possuem condições de comprar ou utilizar apenas uma parcela dos produtos e serviços oferecidos na região em que vivem. (...) limitada mobilidade; não existe de fato uma hierarquia urbana (...)

Poderíamos indagar se todas as pessoas, independentemente da localidade em que vivem não teriam, em algum momento, a necessidade de efetuar deslocamentos interurbanos? Entre os entrevistados em Osvaldo Cruz, há pessoas que declararam nunca, por qualquer motivo, terem saído da cidade. Diferentemente, os de Mariápolis afirmaram que, mesmo com grandes intervalos e dificuldades, necessitam, em algum momento, realizar deslocamentos interurbanos devido à incipiência das funções urbanas dessa cidade.

A apreensão diferenciada da rede urbana, expressa pelos deslocamentos realizados pelos indivíduos, pode ser constatada na cidade de Mariápolis, mas de forma ainda mais nítida em Osvaldo Cruz, devido à existência tanto de loteamentos fechados como de favelas, que reforça a expressão da desigualdade socioespacial. Enquanto os moradores dos loteamentos fechados declararam deslocarem-se para outros países os entrevistados das Vilas Esperança e Cavarú somente se deslocam para cidades como Presidente Prudente, Marília e, raramente, em poucos casos, para São Paulo e outros estados.

Apresentando as opiniões dos moradores sobre a cidade, observa-se que as justificativas para explicar porque gostam de morar na cidade de Mariápolis estão relacionadas a questões ligadas ao pertencimento, típicas de cidades pequenas: “*ter morado a vida toda na cidade*”; “*ter parentes*”; “*amigos*”; “*conhecidos*”; “*a tranquilidade*”; “*o conforto*”; “*a qualidade de vida*”. Apresentam ainda motivos relacionados à existência de “*crédito pessoal*”, que é uma das características de atividades econômicas pertencentes ao

circuito inferior da economia, bem como à “proximidade dos equipamentos e serviços” devido ao tamanho da cidade.

Já para explicar porque não gostam de morar na cidade, os entrevistados apontaram como dificuldades relacionadas à dependência de Mariápolis em relação às outras cidades da rede urbana: “os preços elevados nos supermercados, açougues e lojas”; “necessidade constante de deslocamento para Adamantina e outras cidades”; “dificuldade de acesso a equipamentos e serviços urbanos”.

Observa-se que 36,9% dos entrevistados afirmam não realizar algumas atividades nem ter acesso a serviços devido à dificuldade de deslocamento e/ou à ausência deles no próprio município, dentre os quais podemos destacar: academia, hidroginástica, bancos, fórum, emprego e cursos; 47,3% não encontram dificuldade alguma para realizarem o deslocamento necessário para terem acesso aos meios de consumo coletivo e privado; e 15,8% não sabem se têm ou não dificuldade de deslocamento.

O percentual de entrevistados que se deslocam para Adamantina, uma vez por semana é de 30,4%. Esse índice diminui, conforme aumenta o número de deslocamentos na semana, e os entrevistados que se deslocam uma ou duas vezes no mês representam 17,7% cada. Há, ainda, alguns (6,1%) que se deslocam diariamente a Adamantina. Notamos, também, aqueles que se deslocam para Adamantina somente quando necessário ou raramente, correspondendo a 13% dos entrevistados.

Os dados apresentados nos demonstram que nas cidades pequenas, essencialmente, as cidades locais as relações interurbanas são intensas o que suscita a hipótese da existência do processo de segregação socioespacial, na escala interurbana¹⁰. Sendo essa uma característica típica das cidades pequenas.

Considerações finais

Com a análise das diferenças até aqui tratadas, percebemos que as realidades das pequenas cidades são múltiplas e heterogêneas e que cada espaço apresenta suas próprias identidades e contradições que as individualizam, assim como as impressões digitais fazem de cada pessoa única e inconfundível. Ao observar rapidamente uma digital, ou uma realidade urbana, podemos confundi-las e estabelecer comparações precipitadas, mas ao nos aprofundarmos nas diferenças existentes, conseguimos perceber suas próprias características.

Em seus espaços, essas pequenas cidades contemplam particularidades que lhe são peculiares, reforçando a análise de que os processos e dinâmicas que nelas ocorrem são frutos de suas próprias contradições e características, e não da homogeneização dos processos de formação socioespacial oriundos das dinâmicas de metropolização dos espaços, ainda que sejam por elas influenciados.

Referências bibliográficas

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em Abril de 2007.

_____, Contagem Populacional 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em Julho de 2007.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53

_____. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. 2ª ed.

¹⁰ A discussão referente à hipótese da constituição do processo de segregação socioespacial interurbana pode ser encontrada na dissertação de mestrado que originou este artigo, e não será abordada nesse momento devido o recorte que se pretendeu.

- COSTA, B. Alfredo. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Fundação Mário Soares. Edição gradiva. 2ª ed. 2001.
- DAVIDS, C. Neusa. **Poder Local: Aparência e Realidade**. 1968. Tese de Doutorado (Ciência política) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de Campinas.
- ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**, Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.
- _____. Perspectivas sobre o urbano e o rural, In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. e LEMOS, Amália Inês G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-44.
- LEFÈBVRE, Henri. (tradução de Sérgio Martins). **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 178p.
- MARICATO, Ermínia, **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**, São Paulo, Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, Márcio Piñon. O retorna à cidade e novos territórios de restrição e cidadania. In: SANTOS, Milton et. alli. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** Rio de Janeiro: DP&A, 2006 2ª ed. p.173-198.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: ITC-EDUSP, 1975. p. 263-311.
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978.119p.
- _____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo. Hucitec, 1978
- _____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004. 433 p.
- _____. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 197p.
- SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Informações Municipais. <www.seade.sp.gov.br> acesso em junho de 2007.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir das cidades. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.